



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município

CONTRATO 0011
PROCESSO Nº 755/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Othon, nº 456, térreo - Centro - Paracambi/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representada pelo Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida, solteiro, residente na Rua Dominique Level, 409 apt. 301, Centro, Paracambi, RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 5237682-6 IFP e do CPF nº. 374.265.087-49.

Contratada: POSTO LAGEENSE RJ 127 LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.950.921/0001-03, sediada na Estrada RJ 127, s/n, Km 10, lotes 102/104, Lages, Paracambi/RJ, CEP 26600-000, neste ato representado pelo Sr. Paulo Roberto Maranata da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 112.690 OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 767.800.407-97, residente e domiciliado à Rua Assembléia de Deus, nº 57, Centro, Paracambi/RJ.

Nos termos da proposta da Empresa Posto Lageense RJ 127 Ltda, estabelecemos Contrato de Fornecimento de Óleo e Lubrificantes para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 003/15, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde em 02/06/2015, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de lubrificantes para atender as necessidades dos veículos automotores do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Termo de Referência

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ
Tel.: 21 – 26839100/9101



2. CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$167.944,00 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais), Fundo Municipal de Saúde.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2015, no programa de trabalho:

Dotação 1713 despesa 3.3.9.0.30.00.00.00.00.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 7 (sete) meses, contados do



início de 02/06/2015 e término em 31/12/2015, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

- 4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;
- 4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;
- 4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;
- 4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 - Da Contratada:

- 4.2.1 - Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 003/2015;
- 4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;
- 4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;
- 4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 003/2015;
- 4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;
- 4.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Rua Juiz Emílio Carmo, 50, Centro, Paracambi/RJ
Tel.: 21 – 26839100/9101



terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº



8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.



6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Procuradoria Geral do Município

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, 02 de junho de 2015.


Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA DE PARACAMBI
Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde
Dr. Eduardo Herrera R. de Almeida


Paulo Roberto Maranata da Silva
POSTO LAGEENSE RJ 127 LTDA

Testemunhas:

CPF:

CPF: